



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA

PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 3/2017 DE AUTORIA DO EXECUTIVO

Aos dezoito dias do mês de setembro de dois mil e dezessete o presidente da Comissão de Políticas Gerais, Eliseu Latczuk, deu início a audiência pública para tratar do Projeto de Lei Complementar nº 3/2017 de autoria do Executivo. Estando presentes os vereadores Silmar, Marlene, Sidiney, Eloy e José Veres. O presidente convidou o Procurador do município Anderson Seguro; a representante da Sanepar, Larissa Rocha; a representante da secretaria do Meio Ambiente, Eliane Bianek e o Contador Andrei Muraro. O presidente após as explicações iniciais de como funcionaria a audiência e agradecimentos, passou para a fase de explicações do projeto. Foi convidada a senhora Larissa Rocha para, em nome da SANEPAR, fazer sua explanação. Comentou que em Pitanga a cobrança é pelo número de vezes que o caminhão passa. Explicou que esta proposta baseia a quantidade de lixo produzida pela quantidade de água consumida. Comentou que 42 municípios já adotaram esta metodologia e esta forma está permitindo que os municípios pague seus custos com a coleta de lixo e os municípios que estão trabalhando como o método de Pitanga não estão conseguindo cobrir os custos. Explicou que a SANEPAR apenas fará a gestão financeira deste procedimento. Falou que este sistema é muito transparente e o gestor irá determinar como fazer, desde que respeitado o TAC. Comentou que hoje há uma arrecadação de aproximadamente quatorze mil mensais. No novo método resultaria em um valor de aproximadamente quarenta mil reais. Comentou que a inadimplência da conta de água em Pitanga é muito baixa, o que é bom para o novo sistema. Explicou a ligação entre a faixa de população, consumo de água e produção de lixo. Previsão de arrecadação mensal bruta de 105 mil e tirando a taxa de administração de 12.000, ou seja 1.114.000,00 ao ano, com esta arrecadação o sistema já conseguiria se pagar. O presidente solicitou que o procurador do município Anderson Seguro que fizesse sua apresentação. Comentou que o que levantou um grande questionamento foi o parecer opinativo da procuradoria da Câmara, falou que a procuradoria da prefeitura concorda com a vinculação do serviço, embora a procuradoria do município tenha um posicionamento diferente. Falou que o que é mais razoável, conforme estudos, é que a produção de lixo está relacionada ao consumo de água. Falou sobre a legalidade do projeto, pois este projeto trata de forma isonômica os consumidores. Falou do princípio da razoabilidade. Comentou que a quantidade de lixo está sim ligada ao consumo de água. Comentou que este projeto está mais aproximado do constitucional. Falou sobre o custo do serviço. Comentou que a cobrança pelo consumo de água há a citação do princípio da capacidade contributiva. Falou que há exceções. Comentou que o projeto é constitucionalmente legal. O contador da prefeitura Andrei Muraro apresentou os dados financeiros sobre o custo do serviço e a cobrança desta taxa. Resumiu explicando que o município hoje gasta muito mais do que consegue arrecadar com as taxas. A



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



senhora Eliane Roveda, representando a secretaria do Meio Ambiente comentou que é muito difícil equilibrar os valores nesta secretaria. Iniciou explicando que somente em 2010 a política de gerenciamento de resíduos sólidos vem sendo seguido. Falou que a responsabilidade compartilhada é o grande diferencial. Falou de como a legislação trata este gerenciamento. Falou que a prefeitura, pela legislação, é responsável pelo lixo domiciliar. Comentou que todo alvará é entrelaçado ao plano de gerenciamento de resíduos, o comerciante é responsável por absorver seus resíduos. Esta cobrança é feita pela legislação federal. O Secretário do Meio Ambiente Cristiano Jaskiw, explicou como funciona o serviço da secretaria do meio ambiente e a gestão de resíduos sólidos. Apresentou algumas fotografias para explicar o funcionamento dos veículos da secretaria que fazem a coleta do lixo, seja de resíduos orgânicos ou da coleta seletiva. Apresentou o mapa sobre a coleta de lixo orgânico, que é realizada de segunda a sexta e na região central também nos sábados após as treze e trinta. Apresentou também um mapa da coleta seletiva, explicando as regiões e dias de coleta. Apresentou o roteiro da coleta rural, comentou sobre os PEVs, pontos de entregas voluntárias. Falou sobre a coleta de galhos e limpeza de jardins. Falou sobre a campanha de lixo eletrônico. Comentou que há uma empresa em Maringá que recicla este tipo de material e esta foi a forma para solucionar o problema. Apresentou a foto do aterro sanitário que está localizado a sete quilômetros do centro da cidade. Apresentou a usina de triagem de resíduos sólidos de Pitanga. Falou que são vinte associados que trabalham na usina, como MEI, e do trabalho que eles realizam. Mostrou fotos dos fardos já prensados de lixo. Falou sobre a vala impermeabilizada, a forma de trabalho e qual a rotina da disposição dos rejeitos. Comentou que alguns municípios já visitaram nosso aterro, Pinhão e Turvo, entre eles. A engenheira Ambiental Patrícia Arns, comentou sobre a maneira de tratar o lixo e qual a destinação de cada tipo de lixo. Falou que a prefeitura cuida dos resíduos sólidos a partir da coleta. Explicou que os custos da prefeitura com caminhão é grande, pois geramos cerca de seis toneladas por dia. Os custos da prefeitura são: o veículo, os servidores, salários, obrigações social, os EPIs, a manutenção do caminhão, combustível, a vala, a geo-membrana para não causar a poluição do solo, as máquinas para trabalhar nas valas, as britas, bombas para o chorume, os trabalhadores deste local, máquinas para manejar e compactar os resíduos. Com relação a coleta seletiva enumerou gastos como: veículo, usina para separação, esteiras para triagem, balança para pesar os fardos e fazer as vendas, empilhadeiras, enfardadeiras, local para armazenar os materiais que tem maior valor de mercado, o custo com guardiões. Comentou que toda esta infraestrutura e manutenção do aterro é responsabilidade da prefeitura. Falou que a vala é feita para durar quatro anos, mas como o lixo não é corretamente separado, a vala dura apenas um ano. Comentou que a gestão de resíduos sólidos deve ser da melhor maneira possível para que seja possível usufruir de todo o serviço. Foi apresentado um vídeo sobre o trabalho de coleta de lixo no município. O presidente abriu o espaço para perguntas e sugestões. O vereador Sidiney iniciou agradecendo as explicações apresentadas, questionou ao procurador Anderson quanto ao valor pela metragem dos imóveis. Comentou que discorda do princípio da isonomia, pois se paga por um serviço, quer o serviço prestado. Não concorda pois ele tem a coleta um dia na semana e sendo por consumo de água pagaria mais pelo mesmo serviço que já recebe. Deu como exemplo duas pessoas que gastam a mesma coisa de água, mas por morarem em bairros diferentes tem atendimento diferente, desta forma tratadas de forma diferente. Comentou



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



que fez sugestão ao secretário de administração. O procurador falou que foi demonstrado aqui que o custo do processo desenvolvido no município hoje é muito alto e que talvez com este aumento dos recursos talvez melhorasse a qualidade nos bairros. Com relação a isonomia também é a busca do poder. Falou sobre a Ação de Inconstitucionalidade impetrada pela OAB em Ponta Grossa e que esta ação não foi julgada, pois a lei foi revogada antes. Reafirmou seu posicionamento de isonomia, razoabilidade e de constitucionalidade do projeto. Falou da necessidade de melhorar a prestação de serviço, mas com esta medida a possibilidade de melhoria é maior. O vereador Eliseu comentou perguntou sobre qual o orçamento da Secretaria do Meio Ambiente. Reafirmou que o município não tem objetivo de lucro e que o orçamento da secretaria deve ser voltado para o bem público. O vereador continuou falando que em seu ponto de vista este momento não deve ser colocado em prática, pois muitos já tem dificuldades de pagamento de suas contas de água. O secretário do meio ambiente explicou que se a coleta for auto sustentável, os recursos livres, que hoje são utilizados para cobrir estes custos poderão ser utilizados em outras áreas. O procurador Anderson comentou que não significa que a taxa será aumentada, muitos terão a taxa reduzida. Comentou que os recursos que sobrariam, não seriam sobras, mas a possibilidade de investimento. Ressaltou que o município não quer ter lucros com essa taxa, mas equilibrar os custos. O vereador Jorge agradeceu a presença de todos e perguntou ao procurador sobre quem vai pagar a conta. O Secretário Glenn explicou a razão de passar mais vezes no centro do que nos bairros. Falou que o município não quer lucro, mas quer prestar melhor serviço. Explicou ao vereador Jorge que sim, será a população que irá pagar, e que hoje já paga. Comentou que a situação do aterro é precária. Falou que isso é uma melhoria e que o ideal é equalizar a taxa. Falou que existe a possibilidade de rever várias questões. O vereador Eliseu falou que alguém vai pagar este aumento. O vereador André frisou que este projeto entrou em regime de urgência. Falou sobre a regularização fundiária e sobre as pessoas que não pagam impostos, e que aumentar a cobrança de impostos, não é o caminho. Falou sobre a aplicação do orçamento de forma correta. Falou das corrupções que ocorrem, e que um aumento de taxas não combinam. Falou que não é aceitável a forma que as matérias entram nesta Casa. A vereadora Eloy agradeceu a presença de todos e falou sobre sua visita ao aterro sanitário, e o quanto ainda não há a conscientização para a seleção do lixo. Falou das famílias que trabalham neste aterro em forma de cooperativa. Comentou que esta destinação dos recursos de outras secretarias vão para o pagamento deste serviço e saem da educação e saúde. Falou que acredita que muitos terão suas contas reduzidas. Falou que muitas melhorias ocorrerão. Falou sobre a necessidade de ações para o município e não partidárias. O vereador Silmar agradeceu a presença de todos e perguntou ao secretário sobre a coleta da cidade, nos bairros. O secretário que existe uma preocupação com a coleta em toda cidade e que todos os funcionários tem preocupação em não atrasar suas rotas. Comentou sobre os PEVs em algumas localidades e a demanda, também o interesse em atender todas as localidades do interior, que ainda não é possível. A senhora Patrícia falou que tudo na secretaria é pago, todas as licenças do IAP. Falou que este projeto está atrelado ao consumo de água conforme o consumo de água é a cobrança de taxa de lixo. Isso contribui também para a economia de água. Falou que em caso de vazamento a SANEPAR pode controlar, porque a média é anual. A Senhora Larissa comentou que Foz do Jordão adotou esta forma de cobrança há 3 anos e onde o caminhão passava uma vez, hoje



CÂMARA DE VEREADORES DE PITANGA

Rua Visconde de Guarapuava, 311 - Fone/Fax (42) 3646-3443 - Cx. Postal 106
Centro Administrativo 28 de Janeiro - CEP 85.200-000 - Pitanga - Paraná
www.camarapitanga.pr.gov.br camara@camarapitanga.pr.gov.br



passa duas vezes. Comentou que o sistema gerou um serviço de fiscalização de separação de reciclável. Falou que a prefeitura pode escolher como será cobrado. O vereador Sidiney comentou que a ideia é muito boa, mas tudo deve estar em projeto de lei. O vereador ressaltou que entende todos os argumentos apresentados, mas que discorda porque os recursos livres não voltarão. Citou uma frase de Margaret Thatcher que diz que não existe dinheiro público, mas sim dinheiro do público e para ser aplicado. Falou sobre o regime de urgência do projeto, que é questionável. Falou sobre o estudo da SANEPAR poderia ter sido enviado junto ao projeto, para estudar melhor. Falou que considera o ponto de vista do procurador Anderson e que pretende estudar melhor este ponto de vista apresentado. Não ficou convencido deste benefício. O vereador Jorge falou que estes aproximadamente 2200 contribuintes pagarão o custo deste projeto. A senhora Patrícia falou que temos que pensar no meio ambiente e como minimizar o impacto ambiental dos efeitos dos homens no meio ambiente e que todos devem pensar na reciclagem dos materiais. Frisou que o orçamento da secretaria não é suficiente para atender a todas as necessidades do meio ambiente. O presidente Eliseu explicou o objetivo desta audiência e que o projeto em questão deverá ser encaminhado a reunião da Comissão de Políticas Gerais para receber o parecer da comissão.

Pitanga, 18 de setembro de 2017.

mauricio Soares

Sidiney

Projeto de Lei Ordinária Complementar nº 03/2017 de autoria do Executivo Municipal
18/09/2017 às 19 horas - PLENÁRIO NESTOR HORODENSKI

Margaret M. Saville